

# Avaliação da política de produção, processamento e divulgação de informações no Brasil

José Alberto Magno de Carvalho\*

A Diretoria da ABEP ao decidir destinar uma das Sessões Plenárias do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais ao tema AVALIAÇÃO POLÍTICA DE PRODUÇÃO, PROCESSAMENTO E DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES NO BRASIL, além de reconfirmar a longa e contínua atenção da Demografia com as fontes e qualidade das informações, também explicitou, sem dúvida, a enorme preocupação com o estado geral a que se chegou no país aquilo que se poderia denominar de Sistema Nacional de Informações Sociais.

Ao definir com alguns colegas quais os temas específicos a serem cobertos na sessão, deparamo-nos com a óbvia dificuldade de limitação de tempo, tanto no que diz respeito à preparação dos trabalhos, quanto à duração da sessão, pré-definida como comportando no máximo quatro trabalhos. Por outro lado, apesar das muitas críticas e reclamações sobre a situação geral vigente no país, pouco se fez até o momento no sentido de uma análise global e criteriosa sobre a política de produção, processamento e divulgação de informações sociais no

Brasil. Conseqüentemente, não seria possível na sessão do Encontro fazer uma avaliação exaustiva e consistente da área, mas sim aproveitar a experiência e reflexão de alguns autores que já se dedicaram mais à matéria, na expectativa de nela envolver um número crescente de pesquisadores, a começar pelos associados da ABEP, uma vez que é absolutamente urgente redefinir toda a política nacional neste campo.

Na definição dos temas a serem tratados na sessão, optou-se por dois trabalhos que discutissem o que deveria caracterizar um Sistema Nacional de Informações Sociais e por dois outros mais específicos, que tentassem avaliar a produção e divulgação de dados no Brasil sobre população e mercado de trabalho. Assim sendo, foram apresentados no VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, e agora são publicados na Revista Brasileira de Estudos de População, os seguintes trabalhos: **“Quo vadis” sistema estatístico?** de Isaac Kerstenetzky; **Sistema estatístico, planejamento e sociedade no Brasil**, de André César Médici; **Informações demográficas: o que se**

\* Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (FACE/UFMG) e Pesquisador do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR).

**tem, o que se usa e com se usa?**, de Ana Amélia Camarano; e **Uma discussão sobre a produção e uso dos dados sobre o mercado de trabalho**, de Alfonso Rodrigues Árias e Sônia Helena Taveira de Carmargo Cordeiro.

Pelos trabalhos de Kerstenetzky e Médici vê-se claramente que a definição de um Sistema Nacional de Informações deveria partir de uma visão ampla de Contabilidade Social, que daria não somente consistência interna, mas também justificativa social, à coordenação e produção a serem feitas pelo Órgão Central de Estatística, no caso o IBGE. Há apenas uma divergência fundamental entre as duas propostas, relacionada à maior ou à menor centralização no que diz respeito à produção direta dos dados por parte do Órgão Central. Eis aí um bom tema para reflexão e debate.

Na leitura dos trabalhos referentes às informações demográficas e aquelas sobre o mercado de trabalho fica patente a falta total de uma política de coordenação entre os diversos órgãos da própria área federal, quando não dentro do mesmo órgão, na produção e divulgação de informações sociais.

Finalizando, desejo chamar a atenção para três fatos que vêm comprovar, a meu juízo, a crescente deterioração que, de maneira sutil, vem ocorrendo no nosso Órgão Central de Estatística, considerado internacionalmente como um dos de maior respeitabilidade do Terceiro Mundo. Simultaneamente, constata-se a crescente influência de instituições privadas de levantamento de opinião pública que têm um papel específico, diferente daquele do Órgão Central, de atendimento direto a demandas privadas. O Órgão Central produz a informação como um bem público, sobre o qual deve a sociedade ter consciência de sua importância e exercer controle, através dos mecanismos institucionais próprios de uma sociedade democrática.

### **A não realização do censo demográfico de 1990**

O governo central simplesmente desconheceu nosso Órgão Central em todo o desenrolar do processo. Este não teve forças, ou avaliou não tê-las, para, junto com sua comunidade interna e a sociedade civil, principalmente através das Associações Científicas e dos meios de comunicação, reverter a situação, logo que prenunciado o impasse surgido. Teve um comportamento típico de um órgão burocrático, que recebe ordens e as executa. Um Órgão Central de Estatística há de ter autonomia ou conquistá-la, do contrário não poderá cumprir sua função social específica.

A esquálida reação da opinião pública à não realização do Censo levanta uma outra questão fundamental: até que ponto as informações sociais ora produzidas estão sendo realmente úteis para a sociedade, e neste caso haveria um problema de conscientização sobre sua utilidade, ou, no estado em que se encontram, podem ser considerados bens supérfluos e, conseqüentemente, descartáveis.

### **A demora na publicação dos dados dos suplementos das PNAD's de 1984 e 1986**

Por definição, uma das grandes vantagens de uma pesquisa nacional de domicílios anual é a presteza com que seus resultados são divulgados, permitindo acompanhamento de algumas variáveis básicas no decorrer do período intercensitário. No entanto, apenas ao final de 1990 começaram a ser divulgados os dados dos suplementos das PNAD's de 1984 e 1986, de extremo interesse para os estudiosos de população, por cobrirem temas da maior relevância, principalmente no que diz respeito à fecundidade, à nupcialidade e à prevalência de anticoncepcionais.

Apesar das reiteradas pressões, principalmente por parte da ABEP, nunca houve uma justificativa convincente para tanta demora, nem informação sobre possíveis responsáveis por falhas porventura existentes e as medidas adotadas, o que era de se esperar, pois trata-se de um bem público, produzido através de recursos públicos de uma sociedade extremamente carente.

### As estimativas de população

Por lei, cabe ao Órgão Central estimar a população de cada município para os anos intercensitários, tendo em vista a distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios.

Tem sido praxe do Órgão Central fazer logo após cada Censo Demográfico a projeção para todos os anos da década, não fazendo posteriormente nenhuma correção, mesmo diante de novas evidências detectadas no decorrer do período, como aconteceu nos anos 80 com a indicação clara de declínio de fecundidade, maior do que o esperado, mostrado pelas PNAD's de 1984 e 1986. Neste caso, há consenso na comunidade demográfica que as projeções oficiais sobreestimavam a população total do país para 1990.

A falta de flexibilidade por parte do Órgão Central quanto ao ajuste das projeções leva necessariamente a um desgaste para o órgão, uma vez conhecidos os resultados do novo Censo, principalmente por

parte daqueles que não sabem do preceito legal, da finalidade da projeção e dos problemas gerados naqueles municípios que porventura tivessem sua estimativa de população diminuída.

Já aceita como provável uma sobreestimativa da população projetada para o país com um todo em 1990 (150,4 milhões), eis que surgem, através da imprensa (Jornal do Brasil de 29/01/91 e VEJA nº 1168, de 06/02/91) estimativa de responsabilidade do mesmo Órgão, para 1991 (155,6 milhões). A se aceitar estes valores, entre 1990 e 1991 a população brasileira teria tido um aumento de 3,5%, absolutamente irreal. Além disto, deve-se ter em mente estar a projeção para 1990 provavelmente sobreestimada!

Não houve por parte do Órgão Central nenhum trabalho publicado ou esclarecimento, através da imprensa, das razões de tão alta estimativa, o que causa enorme surpresa entre os estudiosos de população, pois não se conhece nenhum elemento objetivo que a justifique. Por outro lado, há toda uma exploração destas novas "informações", na tentativa de sutilmente levantar-se de novo o mito da explosão demográfica (por exemplo, VEJA de 06/02/91).

Com toda a probabilidade o Censo Demográfico de 1991, se afinal for realizado, mostrará uma população significativamente menor, o que só servirá para desgastar a imagem do Órgão Central e de seus técnicos, que, sem sombra de dúvida, são altamente competentes.

**RESUMO – Avaliação da Política de Produção, Processamento e Divulgação de Informações no Brasil.** O artigo discorre sobre as razões que levaram a ABEP a dedicar ao tema em questão uma Sessão Plenária no VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais e da escolha dos tópicos abordados. Dois dos textos discutidos na Sessão apresentaram as linhas mestras do que deveria se constituir um Sistema Nacional de Informações Sociais e dois outros dedicaram-se a tópicos mais específicos: a produção e divulgação das estatísticas demográficas e sobre mercado de trabalho no Brasil. Os quatro trabalhos são publicados neste número da Revista. Finalmente são apontados três exemplos que estão a mostrar a urgente necessidade de se repensar e redefinir o papel e o funcionamento do nosso órgão Central de Estatísticas: o não-Censo de 1990; a não publicação em tempo hábil dos resultados dos suplementos das PNAD de 1984 e 1986; o desconto das estimativas da população brasileira para 1990 e 1991.

**ABSTRACT – Evaluation of the Policy of Production, Processing and Distribution of Information in Brazil.** *The article discusses the reasons which led ABEP to dedicate a Plenary Session to this theme at the VII National Meeting of Population Studies; the choice of topics is also discussed. Two of the papers presented the outlines of a proposed National System of Social Information and two discussed more specific topics: the production and distribution of population and labor market statistics in Brazil. Finally, three examples which show the urgent need to rethink and redefine the role and functioning of our central statistical office are identified: the non-Census of 1990; the non-publication of the results of the PNAD supplements of 1984 and 1986 on schedule; the discount of Brazilian population estimates for 1990 and 1991.*

Recebido para publicação em 28/02/91.

Aprovado para publicação em 11/04/91.

<p>JANEIRO - JUNHO 1991</p> <p style="font-size: 2em; font-weight: bold;">CADERNO CRH 14</p>	<p><b>Sumário</b></p> <p><b>Apresentação</b> <i>Nadya Araujo Castro</i> 5</p> <p><b>Reprodução social e reprodução da força de trabalho</b> <i>Orlandina de Oliveira</i> <i>Vanila Salles</i> 7</p> <p><b>Características de um mercado de trabalho e participação familiar</b> <i>Iracema Brandão Guimarães</i> 31</p> <p><b>Desobediência e cidadania operárias</b> <i>Antonio Sérgio Alfredo Guimarães</i> 47</p> <p><b>Sindicalismo metalúrgico: mesmas cenas em outros cenários?</b> <i>Nadya Araujo Castro</i> 73</p> <p><b>DEBATE</b></p> <p><b>O Sindicalismo da América Latina: crise e futuro</b> <i>Francisco Zapata</i> 97</p> <p><b>COMUNICAÇÃO</b></p> <p><b>Família, gênero e trabalho no Brasil</b> <i>Mary Garcia Castro</i> 109</p> <p><b>RESENHAS</b></p> <p><b>L'Atelier et le Robot, de B. Coriat</b> <i>Antonio Santos Oliveira</i> <i>Paula Cristina da Silva</i> 115</p> <p><b>A Sabinada: A revolta separatista da Bahia, de P. C. Souza</b> <i>Walter Guimarães Soares</i> 119</p> <p><b>Gingas e nós: o jogo de lazer na Bahia, de J. Bacellar</b> <i>Michel Aglar</i> 129</p>
--	---